

KARL POLANYI COMO FILÓSOFO SOCIAL: O PAPEL DO INDIVÍDUO NA CONSTRUÇÃO DA LIBERDADE

[received: 21.12.2020 – approved: 25.02.2021]

Mendo Castro Henriques • ORCID 0000-0001-9837-7743

mendohenriques@ucp.pt

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA / FCH / CEFH

1. A receção de Polanyi

Considerado até há cerca de trinta anos um académico obscuro, Karl Polanyi ganhou notoriedade devido ao seu livro *A Grande Transformação: As Origens Políticas e Económicas de Nosso Tempo*, (1944; ed. portuguesa 2012) em que procurou responder à pergunta como *uma sociedade industrial poderá ser, ao mesmo tempo, justa e livre*.¹⁰ A obra surgiu a par de uma série de textos de emigrados de Viena de Áustria que versavam as múltiplas crises que abatiam sobre os pilares liberais das sociedades ocidentais, tais como *O fim do homo economicus; origens do Totalitarismo* (1939) de Peter

¹⁰ Karl Paul Polanyi, nascido Károly Pál Pollacsek (Viena, 25 de outubro de 1886 – Pickering, 23 de abril de 1964), foi um filósofo social, historiador da economia, e antropólogo económico. Nasceu em 1886 em Viena e foi educado em Budapeste, capitais do então Império Austro-Húngaro. Formou-se e doutorou-se em Direito em 1912 nas universidades de Budapeste e Kolozsvár (Cluj-Napoca, Roménia). Foi um dos fundadores e jovem presidente do Círculo Galileu que contava com personalidades como György Lukács, Karl Mannheim, Werner Sombart e Béla Bartók. Após cumprir serviço militar durante a Primeira Guerra Mundial, apoiou a revolução anti-aristocrática em 1918, e o efémero governo comunista liderado por Bela Kún em 1919. Em Viena, foi editor entre 1924 e 1933, da prestigiada revista *Der Österreichische Volkswirt* (*O Economista Austríaco*). Criticou a chamada escola liberal de economia de von Mises e Hayek, por criarem modelos abstratos que perdiam de vista a realidade social e espiritual. Sentiu-se atraído pelas obras de H.R. Tawney e G. D. H. Cole, tendo-se convertido ao catolicismo. Participou na experiência municipal social-democrata de Viena que foi liquidada com a ascensão do nazismo. Exilou-se para a Inglaterra em 1933, onde continuou como correspondente estrangeiro de *O Economista Austríaco* e ensinou adultos através da *Workers' Educational Association*, um programa da Universidades de Londres e de Oxford. No início dos anos 1940, em Vermont, uma bolsa de dois anos da Fundação Rockefeller permitiu-lhe concluir *A Grande Transformação* que dedicou a sua esposa Iлона Duezynska, impedida de viver nos EUA devido ao seu passado de ativista revolucionária. Foi professor visitante da Universidade de Columbia, até se aposentar em 1953 no Canadá. As suas preocupações com a preservação da paz mundial levaram-no a fundar a revista *Coexistence*, com Gunnar Myrdal e Joan Robinson. A mais completa biografia é de Gareth Dale, *Karl Polanyi: A Life on the Left* (2016) New York: Columbia University Press.

Drucker; *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1942) de Joseph Schumpeter; *O caminho para servidão* (1944) de Friedrich von Hayek; *A sociedade aberta e os seus inimigos* (1945) de Karl Popper. Todos tinham desenvolvido críticas ao empiriocriticismo do Círculo de Viena e, com exceção de Polanyi, defendiam o capitalismo liberal. Por exemplo, enquanto Polanyi celebrava o *New Deal* nos Estados Unidos, porque regulamentava o mercado, Hayek acusava o *New Deal* de colocar os Estados Unidos no caminho da ruína económica.

Todos estes autores participavam no chamado debate sobre o cálculo económico, que envolvia conceitos sobre dinheiro, preços e propriedade dos meios de produção. Mais especificamente, tratava-se de optar entre planeamento económico e mecanismo dos mercados de capitais como meio ótimo para a alocação dos meios de produção. Daqui decorria um debate entre a *escola austríaca* de Ludwig von Mises e Friedrich Hayek contra economistas neoclássicos ou marxistas, como Cläre Tisch, Oskar R. Lange e Maurice Dobb, que consideravam o socialismo superior ao capitalismo em termos de eficiência e produtividade.

Como editor entre 1924 e 1933 de *O Economista Austríaco*, considerada a mais importante publicação económica da Europa Central, e redator de mais de 250 artigos dessa revista de Viena, Polanyi interpretava a crise mundial como o conflito entre o sistema de mercado e a democracia. Em particular, via uma incompatibilidade entre as soluções financeiras da época – o padrão-ouro – e a democracia económica; a ascensão violenta do fascismo na Itália e na Alemanha era a resposta a esse dilema que poderia ter uma solução social-democrata, como indica nos seus artigos da época. Versado na economia da escola austríaca, incluindo Böhm-Bawerk, Schumpeter e acima de tudo, Carl Menger, Polanyi considerava-se defensor do “método individualista”, como definia a economia de mercado capitalista, à maneira austríaca: “como um domínio de troca, contrato e lucro”, como o “mercado auto-regulado”, a “economia de mercado” ou o “sistema de mercado” – termos que distanciam das associações do poder capitalista. Em concordância com Mises e Hayek insistia no papel determinante do mecanismo de preços para avaliar mudanças na procura consumidora e na produtividade do trabalho.

Contudo, Polanyi rejeita a defesa do capitalismo de mercado de Mises e Hayek. Concorda que o planeamento central despreza os

indivíduos como átomos objetivos, mas acrescenta que o capitalismo liberal os atomiza de forma insidiosa – *homo economicus* – abandonando as decisões económicas ao motivo do lucro, desprovido de critérios sociais. A ciência económica tem de interrogar-se sobre quem é o indivíduo, combinando economia – cálculo e informação – e ética – responsabilidade e sociedade. Quando o indivíduo se envolve em transações económicas privadas, os mercados não o informam sobre os respetivos efeitos sociais. O capitalismo de mercado é amoral e impede a ética da responsabilidade. Para Polanyi, este é o cerne da questão: para *uma sociedade industrial ser, ao mesmo tempo, justa e livre* tem de respeitar a liberdade do indivíduo, e este tem de “perceber as responsabilidades para com os outros”. Cabe à economia o desígnio de minimizar os danos e maximizar os benefícios.

Estas questões fizeram crescer o interesse atual pela obra de Polanyi à medida que se exigia uma promessa alternativa ao globalismo, interesse que acelerou com os dilemas agravados na crise mundial de 2008-2009 a que sua filha, a economista Kari Polanyi-Levitt, chama “a grande financeirização” (Polanyi-Levitt, 2012). As vantagens de um sistema económico dependem do *grau em que a organização democrática do tecido social torna a autoridade representativa e os indivíduos responsáveis*. (Hann, 2017).

Este interesse decorre em várias vertentes. A primeira é a ligação entre a utopia do mercado autorregulado e as crises sociais, políticas, económicas e ambientais. As análises sobre a imposição dos mercados livres pelos governos – um dos significados da fórmula *Grande Transformação* – ajudam a compreender o que, desde as décadas de 1970 e 1980, se chama neoliberalismo, consenso de Washington, ou globalismo. “*O liberalismo foi planeado; o planeamento não*” é frase de Polanyi que resume a história de décadas de contínua intervenção estatal para impor os mercados livres – no século XIX como no séc. XX – trucidando componentes da vida humana que a economia deveria servir.

Uma segunda atração de Polanyi é ajudar a pensar o vácuo no centro das ciências humanas: na verdade um *vácuo quântico*, ou seja, um emaranhado de teorias à procura de um paradigma. A sua obra (re)aproximou economia, antropologia, sociologia, história e ecologia; na economia mesmo, uniu áreas como História Económica, Economia-Ecológica,

Sócio-Economia, Sociologia Económica, Economia Institucional, Bio-Economia que, Tateadas do exterior, se assemelham a partes do elefante da fábula indiana.¹¹ Em particular, Polanyi ajuda a fundamentar a economia ecológica de Georgescu-Roegen em *Decrescimento* (1971) retomada por Herman Daly e John. C. Cobb em *For the Common Good* (1984) por Tim Jackson em *Prosperidade sem crescimento* (2011) e por Mariana Mazucatto em *O Valor de tudo* (2018). Se a economia é um sistema para converter matérias-primas e energias de baixa entropia em produtos úteis, com emissão de lixo e energia térmica dissipada de alta entropia, então não só tem de encontrar sustentabilidade ecológica e social, como deve atribuir um sentido humano à criação de valor, ou seja, ao trabalho, à propriedade e ao dinheiro.¹²

Uma outra vertente apreciada é o destaque atribuído aos movimentos sociais, à democracia económica, ao modo como as sociedades respondem à injustiça social. Os seus escritos de Viena, das décadas de 1920 e 1930 enaltecem as iniciativas da sociedade civil. A sua denúncia do totalitarismo, já iniciada nos anos 1920 mostra como o fascismo ganhou poder, rompendo com o *liberalismo* e a democracia. (Polanyi, 1935). Em contraponto, insiste na liberdade, e na capacidade e inovação com que a economia se reinsere na sociedade. Estas teses de Polanyi ajudam a pensar o mundo pós-global em que cada vez mais conta a responsabilidade social e a economia dos bens comuns.¹³

Uma última vertente de Polanyi, quase sempre omitida, e aqui iremos explorar, é que as suas teses resultam de uma leitura dos factos económicos, políticos e sociais à luz do cristianismo. Face às insuficiências dos princípios liberais, adotou a crítica moral ao capitalismo levada a cabo por G.D.H Cole e H.R.Tawney. O notável ensaio de 1935 *The Essence of Fascism*, documenta como, na Europa dos anos 1930, capitalismo e democracia se tornaram incompatíveis; e só o fascismo/nazismo – “*essa solução revolucionária que não afeta o capitalismo*” (Polanyi, 1934/2005: 236). assegura a sobrevivência do primeiro com a morte do segundo. Já em 1934, Polanyi tinha definido o fascismo como Apresentando-se como

¹¹ Polanyi inspirou a análise de «variedades do capitalismo», mostrando a existência de diferenças nos modos de incrustação dos mercados. Cf. Hollingsworth e Boyer, 1997

¹² Sobre a influência de Polanyi na economia ambiental, cf. Daly e Cobb Jr., 1984.

¹³ Para uma análise de fontes de Polanyi, cf. Somers, 1990

cristão de esquerda, Polanyi denuncia autores como Klages, Spann e Rosenberg que foram destilando elementos culturais totalitários com o propósito de aniquilar a democracia e a liberdade individual. Como adiante aprofundado, afirma que “*a personalidade tem um valor infinito, porque existe Deus*.”¹⁴ a proposição em torno da qual girava a crítica de Tawney ao capitalismo (Rogan, 2018).

Este conjunto de motivações sugerem uma filosofia social capaz de pensar a sociedade complexa: as condições sociais da liberdade e, em derradeiro caso, o fundamento espiritual da liberdade residem no indivíduo em relação com outro. As suas definições de capitalismo e socialismo divergem das interpretações habituais. Embora concorde com parte da crítica de Marx e Keynes ao liberalismo de mercado, Polanyi não é keynesiano nem marxiano. Recorre à história, à economia, antropologia, ao cristianismo com ecos de G.D.H Cole e H.R.Tawney. Identificou-se como social democrata ao longo da vida, negando o determinismo económico. E como duplo adepto da liberdade e da justiça social, sustenta polémica contra o seu conterrâneo L. von Mises. Como Polanyi aqui chegou é um longo caminho que talvez possa ser esclarecido ao atentarmos na sua obra magna.¹⁵

2. A Grande Transformação

A primeira e a terceira partes do livro centram-se nas causas da Grande Guerra, Grande Depressão, ascensão do fascismo na Europa, o *New Deal* nos Estados Unidos e o plano quinquenal na União Soviética. Polanyi interroga-se por que razão o longo período de relativa paz e prosperidade europeia entre 1815 e 1914 foi sucedido por guerra mundial, colapso económico, regimes totalitários e, de novo, guerra. A segunda parte da obra, em particular os capítulos XI a XVIII, apresenta a sua resposta: a utopia liberal dos mercados auto-regulados imposta pelos estados europeus criou tensões crescentes entre as nações,

¹⁴ Polanyi (1935: 369).

¹⁵ A *Grande Transformação* foi traduzida para dezassete idiomas. No entanto, a maior parte das obras de Polanyi escritos em alemão não foram traduzidos

enquanto desencadeava um conjunto de reações que visavam proteger a sociedade dos efeitos disruptivos da Revolução Industrial. Guerra, Depressão e Totalitarismo, entre 1914 e 1944 (ano da publicação de *GT*) foram a tentativa desesperada de reorganizar uma economia que deixara de funcionar.

Sendo a Inglaterra vitoriana a *fábrica mundial*, o seu liberalismo tornou-se o princípio organizador da economia mundial em várias coordenadas. *A primeira era o sistema de equilíbrio do poder que, durante um século, impediu a ocorrência de qualquer guerra prolongada e devastadora entre as Grandes Potências. A segunda era o padrão-ouro internacional, símbolo de uma organização única da economia mundial. A terceira era o mercado autorregulado que produzia um bem-estar material inédito. A quarta era o Estado liberal.*

Esta enumeração de coordenadas tem por cerne o conceito de *embeddedness* (enraizamento, inserção ou incrustação) desenvolvido na segunda parte de *A Grande Transformação*.¹⁶ Até ao século XIX predominava um sistema económico embutido na sociedade, e subordinado à política, à religião e às relações sociais. «...O controlo do sistema económico pelo mercado tem consequências avassaladoras sobre o conjunto da organização da sociedade: significa nada menos do que enviesar a sociedade como elemento auxiliar do mercado. Em vez de existir uma economia incrustada (*embedded*) nas relações sociais, são as relações sociais que são incrustadas no sistema económico» (2012: 192). Os economistas clássicos, sobretudo Malthus e Ricardo, criaram o conceito de que os mercados automaticamente ajustam entre si a oferta e a procura através do mecanismo dos preços, proporcionando deste modo um racional para o liberalismo económico.

Segundo Polanyi, a teoria clássica encorajou os governantes a criar uma economia autorregulada. E, contudo, uma economia de mercado isolada da sociedade e da política é um projeto utópico e inalcançável. *A Grande Transformação*, após apresentar o panorama histórico e a engenharia social criadoras do sistema de equilíbrio de mercados, critica os pressupostos; o *homo economicus* é uma abstração; a ciência económica

¹⁶ O conceito de *embeddedness* é desenvolvido por Ruggie (1982), Mark Granovetter (1985) e Peter Evans (1995).

torna-se crematística; a violência entre as nações – exploração, guerra, e agressão ambiental- é a consequência remota da utopia liberal: «A nossa tese é que a ideia de um mercado capaz de se auto-ajustar era uma mera utopia. Semelhante instituição não poderia existir duradouramente sem aniquilar a substância natural e humana da sociedade; destruiria fisicamente o homem e transformaria o seu meio ambiente num deserto» (2012: 120).

A demonstração desta tese assenta na distinção entre mercadorias reais e fictícias. Uma mercadoria é uma coisa produzida para ser vendida no mercado. Terra, trabalho e moeda são mercadorias fictícias, pois não foram originalmente produzidas para esse fim. Podemos imaginar um mercado como um elástico que é esticado até que, ou se rompe e se desintegra a sociedade, ou diminui a tensão e prevalece a sociedade livre. O trabalho é atividade humana realizadora, a terra é um habitat e a oferta de moeda e crédito depende de políticas governamentais. Inspirada pela ficção da *mão invisível* a engenharia social do liberalismo económico forçou estas realidades a comportar-se como mercadorias reais. Por seu turno, à medida que surgiram as distorções denunciadas ao longo do século XIX, surgiram contramovimentos de ordem sindical, assistencial e nacional, criados pelos governos e pelas instituições.

A filosofia social de Polanyi tem uma componente ética que não aceita tratarmos a natureza e o homem como objetos cujo preço é determinado pelo mercado. Quando a ciência económica viola valores sagrados, a economia real acaba por desrespeitar a vida, e o resultado é a violência. Polanyi antecipa os autores que, desde os anos 1970, abordam *os limites do crescimento*, como o relatório do Clube de Roma e Herman Daly até às teses ambientalistas e éticas contemporâneas na doutrina do Papa Francisco.

Uma segunda componente da tese de Polanyi centra-se no papel do estado (termo europeu) ou governo (mundo anglo-americano) na esfera da economia. O estado é decisivo para gerir as mercadorias fictícias. Ajusta a oferta de dinheiro e de crédito a fim de evitar a inflação e a deflação. Gere as variações da procura de emprego, assegurando proteção, educando os futuros trabalhadores e infletindo os fluxos migratórios. Assegura a produção alimentar ao proteger os agricultores das flutuações das colheitas e volatilidade dos preços.

Nas zonas urbanas, gere o uso do solo através da regulamentação ambiental e demais condições de utilização. Através da investigação, é fonte de descobertas e patentes que a sociedade depois aproveita. Tudo isto mostra como é errónea a conceção neoliberal de um Estado exterior à economia e de uma natureza concebida como externalidade. O problema do intervencionismo é mal colocado por von Mises e Hayek. A intervenção governamental, segundo Polanyi, é pré-condição da concorrência no mercado, e não um acréscimo posterior, de grau variável.

As decisões governamentais são mais do que funções técnicas e administrativas. Se o Estado liberaliza recorrendo à autorregulação do mercado, as famílias ficam mais vulneráveis ao desemprego, os agricultores à concorrência, o sistema financeiro à especulação. Para impor medidas de desregulamentação, o estado usa a força e mesmo a repressão.¹⁷ Foi o que se observou na imposição do capitalismo de mercado na Rússia pós 1989. A terapia de choque fracassou, mas os adeptos continuaram a afirmar que se os políticos tivessem persistido, ter-se-ia cumprido a promessa da prosperidade através da liberalização. Os utópicos do mercado livre estão condenados ao fracasso, mas o carácter utópico permite-lhes escapar à realidade. Como as sociedades nunca adotam completamente as suas recomendações, podem sustentar que os fracassos resultaram da falta de aplicação. O credo do mercado autorregulado torna-se uma profecia auto-realizada, conforme a tese de Karl Popper.

Polanyi fala num «duplo movimento»: a *desregulação lançada pelo estado a fim de expandir o âmbito do mercado* e os *contramovimentos de proteção em que participam todos os grupos sociais*. Na crise que a todos ameaça destruir, a classe trabalhadora organiza-se em sindicatos; o mundo dos negócios reivindica aos bancos centrais provisões internas de crédito para se colocar ao abrigo das pressões do mercado global. Numa palavra, o capitalismo de mercado obriga a sociedade a ações de resistência contra a sua própria incerteza e flutuações; a

¹⁷ O capítulo VII de GT *Speenhamland*, tem a análise sobre a *New Poor Law* em Inglaterra em que a criação de um mercado do trabalho exigia um reforço impressionante das forças repressivas do Estado.

reinserção é a outra face da história provocada pela *desincrustação*.¹⁸ A tese do duplo movimento desmistifica as simplificações do liberalismo de mercado e do marxismo ortodoxo. As sociedades têm diferentes maneiras de reincrustarem os mercados, umas mais eficientes e justas que as outras.

Um dos paradoxos que Polanyi enuncia é que *o laissez-faire foi planeado – a intervenção do plano, não*. Os neoliberais acusam a «conspiração coletivista» de erigir barreiras contra os mercados globais. Pelo contrário, Polanyi sustenta que essas barreiras são a resposta espontânea face a exigências do mercado autorregulado. Tal como a desregulação excessiva provoca especulação e desigualdade, desencadeia também contramovimentos de estabilização. O espartilho do padrão-ouro desde a década de 1870 trouxe protecionismo, nacionalismo e a guerra mundial; a liberalização da década de 1920 trouxe fascismo e guerra. Os estudiosos atuais de Polanyi, como Joseph Stiglitz, argumentam que a desregulamentação profunda na década de 1990 trouxe a crise de 2008, a ascensão dos movimentos populistas e o crescendo da economia chinesa.

Logo no início da GT Polanyi esclarece o objetivo: *A civilização do século XIX entrou em colapso. Este livro está preocupado com as origens políticas e económicas deste evento, bem como com a grande transformação que introduziu* (2012: 3). A grande transformação a que se refere apresenta vários sentidos,¹⁹ temporalidades diferentes como as identificadas por Fernand Braudel (Braudel, 1992: 225-229). O tempo eventual ou *evenemencial* é o da cronologia de mercados, eleições e revoluções. Os eventos ganham sentido quando apreciados em ciclos da conjuntura mais longos. A mudança profunda com consequências duradouras é um tempo estrutural de longa duração

Assim, um primeiro sentido da grande transformação é a metamorfose da sociedade tradicional na nova sociedade industrial. Tal como em *Técnica e Civilização* de Lewis Mumford, “o facto fundamental é que a máquina criou uma nova civilização”. A revolução Industrial é um

¹⁸ Os modernos bancos centrais foram, com efeito, essencialmente um dispositivo destinado a proporcionar uma proteção à falta da qual o mercado teria destruído os seus próprios filhos – as empresas de toda a espécie (2012: 385).

¹⁹ Polanyi quis intitular a obra *Origens do Cataclismo, A Utopia Liberal ou Liberdade da Economia*. Foi o editor que atribuiu o título *A Grande Transformação*.

dos processos culminantes da história, a par da revolução agrícola no Neolítico, há mais de 7000 anos. O desenvolvimento da indústria modificou a visão e o “caráter humano” (1980: 136). *“A produção mecânica em uma sociedade industrial supõe que a transformação da substância humana e natural da sociedade em mercadorias”*. O homem alterou a relação com a natureza, *“criando novas relações interpessoais que refletem forças físicas e mentais capazes de autodestruir a raça humana”* (1994: 65). A *“supremacia do mecanismo sobre o organismo e da organização sobre a espontaneidade”*, constituem ameaças à liberdade: *“a tecnologia industrial mostra-se a si própria capaz de gerar tendências suicidas que atacam a raiz da liberdade e da vida”*. Mas sem romantismos, *a humanidade está longe de se ter adaptado à máquina (...) é impossível restaurar o passado...*

Um segundo sentido da grande transformação é o ciclo de longa duração introduzido pelo desenraizamento dos mercados. Polanyi não afirma que, com o triunfo do capitalismo no século XIX, a economia foi desenraizada da sociedade. Afirma, sim, houve um processo evolutivo com um resultado revolucionário. Houve uma transformação profunda das instituições e formas de viver e trabalhar: o êxodo rural, a urbanização e o trabalho de fábrica nasceram da utopia liberal de mercados autorregulados; e usa uma metáfora; *a transformação da economia anterior para este sistema é tão completa que se assemelha mais à metamorfose da lagarta do que qualquer alteração que possa ser expressa em termos de crescimento e desenvolvimento contínuos* (2012: 44)

Em terceiro lugar, a grande transformação pode também ser pontual como o abandono do padrão ouro em 1931 pela Grã-Bretanha ou o New Deal de Roosevelt em 1933: *‘Ambos foram movimentos de ajuste de países individuais na grande transformação’* (2012: 236). Ao colapso de uma ordem aparentemente estável segue-se uma nova era; *a década conservadora de 1920 resultou no colapso da civilização liberal e levou à década revolucionária de 1930*. A viragem antiliberal e antiglobalista dos anos 1930 trouxe o colapso da Liga das Nações, do comércio e finanças mundiais, o totalitarismo nazi e fascista e, finalmente, a segunda guerra mundial e o holocausto. A transformação resultou da incapacidade de criar proteção social através de reformas. Ao identificarem o socialismo como a principal ameaça, e querendo defender uma sociedade de mercado com democracia parlamentar, os liberais-conservadores não

conseguiram defender nem o padrão ouro nem a democracia. O fascismo colheu “*as vantagens dos que ajudam a matar quem está condenado a morrer*” (2012: 254). Hitler e Mussolini defenderam um certo tipo de capitalismo e contribuíram para destruir a economia mundial global, a democracia liberal e a sociedade aberta.

3. A Liberdade. Fundamentos sociais e espirituais

Como se depreende da passagem final da GT as instituições são *materializações do significado e do propósito humano* e a reforma institucional tem de ser acompanhada por *inspiração espiritual*. Afirma Polanyi: *Temos invocado o que consideramos que foram os três factos constitutivos da consciência do homem ocidental: o conhecimento da morte, o conhecimento da liberdade, o conhecimento da sociedade. O primeiro, segundo a tradição judaica, foi revelado na história do Antigo Testamento. O segundo pelos ensinamentos de Jesus Cristo tal como nos mostra o Novo Testamento. A terceira revelação surgiu, porque vivemos em uma sociedade industrial. Nenhum grande nome histórico está ligado a ela. Possivelmente Robert Owen é quem esteve mais próximo de converter-se em seu porta-voz. É esta revelação – o conhecimento da sociedade – o que constitui a consciência do homem moderno.* Deste modo taxativo, a selar o livro, Polanyi associa a sua obra ao cristianismo, vertente habitualmente omitida por muitos dos seus intérpretes. Já nos anos 1930 Polanyi esboçara esta aproximação do papel dialógico da individualidade em vários documentos, uns publicados e outros inéditos.²⁰

O cristianismo entrou na vida de Polanyi através do pai, Mihály Pollacsek, engenheiro de origem judaica que converteu a família ao *cristianismo calvinista* e alterou o apelido. Finda a I Guerra Mundial, Karl e seu irmão Michael converteram-se ao catolicismo. A leitura do livro de H.R.Tawney, *A religião e a ascensão do capitalismo* (1926), marcou muito Polanyi, a par de ideias dos fabianos ingleses. Criou-lhe a

²⁰ Em apêndice a este artigo, apresentamos o *Rascunho de declaração de um grupo cristão de esquerda* (Polanyi, 2018: 163-64) do qual existem várias versões digitadas, sendo a primeira escrita por Polanyi, mas modificada com a contribuição de outros membros e o próprio Polanyi. Uma versão mais curta foi publicada no Boletim n.º. 1, 1937-8.

convicção de que a regeneração social poderia resultar do cristianismo como fonte de preceitos éticos mais do que doutrina religiosa. As ideias do socialismo cooperativo apareciam a muitos como alternativa à escolha binária entre individualismo e coletivismo. Para quem assistira à queda do império austro-húngaro, ao fracasso da República Soviética da Hungria em 1919, e ao crescimento do nazismo na Viena dos anos 1930, era natural procurar alternativas.

Qual a relevância do Cristianismo para a existência social do homem, interroga-se Polanyi? (Polanyi, 2018: 154-55) *O Cristianismo ocupa-se da relação do homem com Deus que nos foi revelado em Jesus. A vida económica, basicamente, cobre a área de existência social, na qual as necessidades do homem são satisfeitas com a ajuda de bens materiais. A partir dos Evangelhos deduz-se uma chave de compreensão da filosofia social cristã que é ousada e paradoxal. Pode resumir-se na afirmação que a sociedade é uma relação pessoal de indivíduos.*

Ao aceitar a terminologia do socialismo cristão, Polanyi estava à procura de uma base para defender o valor infinito da personalidade humana, patente nas críticas de Tawney ao capitalismo. Encontrou apoio nos manuscritos filosóficos de Marx de 1844 – o Marx não marxista – e na teologia protestante que sustentava o papel da *devotio moderna*. É através da personalidade que encontramos *a certeza da coisa perfeita*, a sociedade sem alienação. E no longo capítulo *A essência do fascismo*, escrito em Inglaterra em 1935, Polanyi analisa a relação entre individualismo e sociedade a fim de definir e condenar o fascismo da Alemanha de Hitler e da Itália de Mussolini. O *individualismo ateu*, segundo uma paráfrase de Polanyi *concebe os seres humanos como entidades por conta própria*.

A crítica ao individualismo tornara-se lugar-comum após a tragédia da Primeira Guerra Mundial. Um autor como Othmar Spann, que Polanyi considera fascista, generalizava esta crítica “*dos seres humanos como entidades autocontidas espiritualmente ‘por conta própria’*”; capitalismo, socialismo e democracia fundavam-se em princípios individualistas e a origem desta noção de *autarquia espiritual* seria o cristianismo, como Nietzsche anunciara. Para substituir esses supostos equívocos, Spann propunha o “universalismo” ou “totalitarismo” (*Ganzheitslehre*).

Polanyi rejeita a avaliação de Spann. O fascismo cria uma sociedade violenta em que as “entidades autocontidas” perdem a sua identidade;

capitalismo, democracia e socialismo não têm de seguir esse destino. Recusa, ainda, que o individualismo coincida com a “*ideia cristã do homem e da sociedade como um todo*”. Tais ataques ao individualismo eram apenas pretexto para o elogio do totalitarismo, com argumentos idênticos aos que Dostoievski utilizara para atacar o capitalismo. Spann atacava o “individualismo ateu” como Dostoievski em *Os Possessores*: “*Se Deus não existe, então eu, Kiriloff, sou Deus.*” Para Polanyi, *socialismo e democracia* incorporam o individualismo cristão. “*A personalidade tem um valor infinito, porque Deus existe*”. O valor da individualidade surge da relação com o divino.

Polanyi simplifica o dilema do seguinte modo. Para o ateísmo, o indivíduo tem valor porque “Deus não existe”. Segundo o cristianismo, o indivíduo tem valor porque “Deus existe”. Cada uma destas concepções tem implicações distintas no que diz respeito à relação entre indivíduo e sociedade. No ateísmo, o indivíduo não tem utilidade para a sociedade; é dispensável. Segundo o cristão, há diferentes caminhos de imaginar a relação entre o humano e o divino. A visão prevalecente após a reforma é de que a salvação é individual. A visão anterior à reforma protestante, e com mais futuro, sustenta que a relação do indivíduo com Deus passa pelas *instituições sociais construídas pelo homem*. É esta visão que Polanyi expõe no ensaio de 1935 contra o fascismo. *A doutrina da fraternidade humana* implica que a personalidade só é real em comunidade e é vontade divina que a comunidade seja real.

Estas considerações de Karl Polanyi tornam-no um dos raros economistas que se apropriou de uma antropologia cristã. Em Inglaterra participou na formação da Esquerda Cristã, um pequeno grupo de intelectuais socialistas que partilhavam a crença cristã, embora sem ligação direta à igreja. Polanyi organizou grupos de estudo, preparou materiais educativos e contribuiu para a formulação dos objetivos e políticas do grupo. Na sua denúncia dos “moinhos satânicos”, rejeita que a terra, o trabalho e o dinheiro, sirvam de *meio para o enriquecimento humano que delapida a vida do ser humano concreto*. Existe aqui um rasto da filosofia social do século XIX: o Hegel da *Fenomenologia do Espírito* e o Marx dos *Manuscritos de Paris*; o *Novo Cristianismo* de Robert Owen e Saint Simon; *A Democracia da América* de Tocqueville, e *A Liberdade* de Stuart Mill. Democracia e o socialismo tinham em comum a ideia de

personalidade, por meio de conexões com o cristianismo. Os marxistas condenavam o individualismo nos termos do século XIX e subordinavam a individualidade ao todo social; Polanyi, pelo contrário, increpava a “autarquia” sem relação com a sociedade e o “totalitarismo” que apaga a individualidade. Uma vez mais, o elástico demasiado esticado rompia a ligação pessoa e comunidade; deveria haver um contramovimento que eliminasse o excesso de tensão.

A confiança de Polanyi na terminologia religiosa e nas doutrinas sociais cristãs precisa de ser tratada com cautela. Estava mais interessado em visões históricas do que teológicas. Mas após duas décadas a estudar a história económica pensava que *Aristóteles estava certo: o homem não é um ser económico, mas sim social*. (Polanyi, 1957) É a relação da individualidade com a sociedade que determina a realização de um projeto de comunidade: o amor ao próximo, a fraternidade. As posições de Polanyi antecipam a doutrina integradora ecológica e social que aflora nas encíclicas do Papa Francisco. Posição em espelho, reafirme-se: Francisco não pretende discutir teorias económicas, mas incutir na economia a dignidade social da pessoa humana à imagem e semelhança de Deus. Polanyi ao afirmar que *a personalidade tem um valor infinito, porque Deus existe*, não pretende de modo algum fazer teologia, mas sim desmercantilizar terra, propriedade e dinheiro.

4. Neoliberalismo e o trilema da globalização

Polanyi nasceu na civilização liberal do final do século XIX que, como lembrou G. D. H. Cole, parecia assentar em bases sólidas, em contraste com período entre as duas guerras que *ameaçava a qualquer momento cair em ruínas*. Na década de 1930 denunciou nos seus escritos as causas da crise, que desenvolveu em *A grande transformação*. Mais do que uma crise em vários estágios – 1.^a guerra mundial, Grande Depressão, 2.^a guerra mundial – via um colapso civilizacional cuja origem residia na ascensão e queda do capitalismo de mercado livre. Nesse sentido, a civilização liberal padecia de dois problemas: uma rotura social, uma separação de estado e mercado que, com o sufrágio universal se

converteu em antagonismo entre a democracia política e a oligarquia empresarial; e uma fragmentação ética, uma sociedade moralmente empobrecida devido ao predomínio de condutas promovidas pelo egoísmo racional – o *homo oeconomicus*.

O liberalismo económico, segundo Polanyi, era um experimento utópico e como tal soçobrava no ciclo longo. A economia de mercado, surgida na Grã-Bretanha do século XIX, dependia da mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro. Transformar essas componentes da vida em cálculo da compra e venda teve consequências tão disruptivas que foram inevitáveis as reações de proteção social. De igual modo, o fundamentalismo de mercado no séc. XXI representa uma ameaça existencial para a sociedade aberta e, enquanto o dogma neoliberal reinar incontestado, a globalização continuará fora de controle.

O economista Dani Rodrik, evocando Polanyi, apresentou em (2000: 180) e de modo mais elaborado em (2011: xix), o chamado trilema da globalização, segundo o qual *as nações não podem manter simultaneamente políticas monetárias independentes, taxas de câmbio fixas e uma conta de capital aberta*. O trilema combina três princípios de configuração económica mundial: (i) a hiperglobalização que mobiliza a troca de bens, serviços e capitais e visa eliminar as regulamentações nacionais que a impeçam; (ii) a soberania nacional que permite autodeterminar políticas económicas; (iii) a democracia como forma de governo que permite aos cidadãos moldarem o destino. Um destes três princípios tem de ceder perante os dois restantes (Rodrik, 2000: 181; 2011: 201).

A primeira globalização até à guerra mundial de 1914-18 acomodou comércio internacional e a soberania nacional, mas não existia democracia. Na perspetiva financeira era a época do ‘Golden Straitjacket’, do padrão ouro. As transações transnacionais floresceram, os direitos de propriedade e os contratos foram respeitados. Nos termos de Polanyi, a soberania dos estados-nação era discutível *pois com o comércio exterior não regulamentado e padrão-ouro, os governos não possuíam poderes em relação à economia internacional* (2012: 261). O ‘compromisso de Bretton Woods’ entre 1945 e 1973 permitiu a integração internacional, fortalecendo o Estado-nação e a democracia. O GATT promoveu a liberalização do comércio sem minar o espaço autónomo da política nacional, permitindo que “os países seguissem os seus próprios

caminhos de desenvolvimento” (Rodrik, 2000: 183). A partir da década de 1980, a hiperglobalização limitou os espaços nacionais de manobra, remetendo para a governança global a difusão das instituições liberais. A política econômica cada vez mais se isolou da decisão democrática: as escolhas políticas, de acordo com Milton Friedman, reduziram-se a ‘Pepsi ou Coca-Cola’.²¹ Surgiu o espectro do “federalismo global”, em que as fronteiras nacionais são irrelevantes para as atividades econômicas.

Em *The Globalization Paradox*, considera que (Rodrik, 2011: 203). uma globalização sólida no século XXI deveria basear-se em regras internacionais, semelhante às do GATT; as preferências, culturas e instituições diferem profundamente entre as diferentes nações, e a tomada de decisão global é enviesada por poderosos stakeholders. Além disso, “não há autoridade global *antitrust*, nenhum credor global de último recurso, nenhum regulador global, nenhuma rede de segurança global e, claro, nenhuma democracia global” (Rodrik, 2011: xvi).

As considerações de Rodrik identificam componentes da promessa da sociedade industrial. Se esta pretende libertar o ser humano não pode permitir que a acumulação da riqueza seja finalidade e não meio. O eco do pensador de Viena em todos os quadrantes da bússola política resulta da sua crítica à utopia liberal. *‘Permitir que o mecanismo de mercado seja o único diretor do destino do ser humano e seu ambiente natural resultaria na demolição da sociedade.* Os seus argumentos tanto podem servir o conservador anti materialista como *“os desordeiros e manifestantes que foram às ruas em Seattle e Praga em 1999 e 2000 para se opor às instituições financeiras internacionais* (Stiglitz, 2010).

Como se verifica nas conclusões *A Grande Transformação* propõe a reforma da consciência como promessa da política; a ganância a ceder o lugar à cooperação; a ética a enfrentar o ídolo do mercado, essa “religião secular” (2012: 111), esse “credo fervoroso” na “salvação secular do homem através de um mercado auto-regulável. Libertar a sociedade dos “moinhos satânicos”. Afirmar que terra, trabalho e dinheiro são mercadorias fictícias é reivindicar a dimensão ética e cultural da economia, redescobrir a importância da comunidade, forjar um

²¹ Friedman, 2000, p. xvii

pensamento integrado, demonstrar o caráter cultural do fenômeno econômico, alertar que um novo mundo social, modificando o papel da espécie humana na biosfera e na noosfera.

A desmercantilização da terra será obtida através da prioridade ambiental nos planos de recuperação e resiliência ecológica. A gestão dos recursos naturais exige mais do que o jogo das forças de mercado: *“situar a terra fora do mercado equivale a incorporá-la a determinadas instituições ...”* (1980: 393). A desmercantilização do trabalho está correlacionada com as novas realidades da automatização e robotização. Quando a inteligência – humana ou artificial – se converte na principal força produtiva, o valor de uso produzido torna cada vez mais marginal o custo do trabalho imediato. O trabalho em vez de ser expressão de dominação da terra e servidão do homem, reconquista o poder sobre o tempo. A desmercantilização do dinheiro como título de participação e poder na riqueza social exige que a democracia regule as dívidas. No tempo presente, os bancos europeus são financiados para depois pedir empréstimos ao Banco Central Europeu, a taxas negativas; e ao criar dinheiro escriturário fornecendo créditos a famílias e empresas a taxas altas, realizam margens de lucros colossais. A acumulação de dívidas leva nações, famílias e empresas, à servidão.

No último capítulo de *A Grande Transformação* Polanyi expõe o dilema “da liberdade numa sociedade complexa”: o poder e o planejamento necessários para gerar liberdade podem virar-se contra si próprios. Como alcançar a liberdade numa sociedade complexa? Aceitando, primeiramente, a realidade da sociedade e uma vida com compromissos e cooperação. Uma sociedade complexa exige regulação e controle: *“não existe uma sociedade sem o poder e a compulsão, nem um mundo em que a força não tenha qualquer função”* (2012: 250). Só a regulação democrática dos mercados pode limitar a voracidade do individualismo; e apenas restringindo o grau de liberdade individual será possível “criar uma liberdade mais ampla para todos”.

É esta atitude dialógica que caracteriza o enfoque integrador de Polanyi, a filosofia social adequada aos avanços da reflexão ética e da economia ambiental. As suas propostas soam familiares perante a atual globalização, com o comércio mundial desregulado, e os novos riscos da interdependência planetária. Os seus conceitos de ‘individualidade

dialógica', 'des/inscrustação', 'duplo movimento', 'mercadorias fictícias', 'utopia liberal', 'sociedade complexa', são críticos para a leitura das fragilidades da era neoliberal. Estagflação, aumento da desigualdade, desequilíbrios ambientais, riscos tecnológicos, declínio das instituições democráticas, nacionalismos exacerbados, e conflitos internacionais ameaçam a ordem social.

Os ataques à democracia, a rebelião contra a globalização, e o cancelamento cultural são contra-movimentos atuais, em reação ao projeto de desincrustar os mercados da sociedade, uma resposta utópica aos desafios da civilização tecnológica. Estamos a testemunhar a desintegração da versão neoliberal da *Grande Transformação* e as crises atuais expõem a fragilidade e as limitações da sociedade de mercado. Há um século atrás, as tensões disruptivas do liberalismo culminaram em fascismo e duas guerras mundiais. Contudo Karl Polanyi apresenta uma promessa positiva: o diagnóstico é crítico, mas o prognóstico não é sombrio; a providência venceria, através da sociedade mais do que do estado. A relevância da sua obra assenta na compreensão de que uma economia exigindo mercados e investimentos cada vez mais amplos tem de ser compatibilizada com a exigência da liberdade individual fundada em relações sociais de apoio mútuo e no uso sustentável dos recursos naturais.

Apêndice

(Tradução de Rascunho de declaração de um grupo cristão de esquerda in (POLANYI, 2018: 163-164) Ms., 1937, KPA 19–22.)

A consciência humana está a ser reformada na nossa época. A consciência de si nasceu do reconhecimento da morte e foi reformada pela descoberta da verdadeira natureza humana – que esta vida é pessoal e livre.

No nosso tempo, a forma da consciência humana foi modificada pelo reconhecimento da sociedade. A sociedade é inevitável. Não podemos deixar de viver nossas vidas sem ser à custa dos outros. O homem em sociedade e, embora inconscientemente, gera poder e, portanto, coage outros homens. Não consegue evitar isto. Até a opinião pública é ela própria uma forma de poder para a qual cada um contribui, quer

goste ou não. Não nos retiramos da sociedade, exceto na imaginação. A liberdade face à sociedade é obtida com o custo moral de renegarmos as nossas dívidas aos outros. Nesta tentativa de salvaguardar a personalidade, perdemos o seu conteúdo.

Como o conhecimento da morte, o conhecimento da sociedade é definitivo; com isso amadurecemos. Essa liberdade que perdemos com o reconhecimento da sociedade é ilusória; a liberdade que ganhamos é válida. Na aceitação da nossa perda, na insistência no cumprimento de nossa natureza em e por meio da sociedade; na certeza da realização final, a nossa consciência é refundada na realidade.

A descoberta da natureza pessoal da vida e da liberdade essencial do indivíduo está ligada nos Evangelhos com a negação da necessidade de compulsão e coerção. Os seres humanos são considerados nos Evangelhos como comunidade de pessoas sem necessidade de lei ou organização, e rejeitando ambas por causa da comunidade; ninguém governa; é um estado de anarquia ideal. A Comunidade transcende a sociedade, que na melhor das hipóteses, é tolerada.

Ainda assim, os Evangelhos insistem na justiça social e económica, na transformação das instituições sociais. A comunidade, para ser real, tem de transcender a sociedade e tem de a transformar. Mesmo a sociedade comparativamente simples da época de Jesus não podia ser ignorada.

Com uma complexa divisão de trabalho, abrangendo cada vez mais pessoas, a sociedade é “o destino impossível de evitar, como a morte”. A comunidade idealista do anarquista não supera a sociedade na realidade, mas meramente na imaginação.

Para a nova consciência, a condição humana sob o capitalismo aparece como é – um estado de auto-estranhamento. Ao alienar-se de outros, o homem aliena-se de si mesmo. A transformação social é reconhecida como o único meio pelo qual o auto-estranhamento pode ser superado e a vida pessoal reivindicada em uma sociedade complexa.

No cataclismo do nosso tempo, é o Cristianismo que está a destruir esta civilização e a trazer uma nova. A força cristã na história está a afirmar a sua natureza criativa ao aniquilar uma ordem de coisas que está a tentar negar essa força. Estamos seguros do cristianismo e não ansiosos pelo seu futuro; a nossa única preocupação é pelo futuro do movimento da classe trabalhadora, o principal instrumento da transformação.

REFERÊNCIAS

- AULENBAHER, Brigitte, Barnthaler, Richard & Novy, Andreas (2019). “Karl Polanyi, The Great Transformation, and Contemporary Capitalism”. <https://bach.wu.ac.at/d/research/results/90738/>
- BLOCK, Fred, (2012). “Introdução” in *A Grande Transformação*, tradução Miguel Serras Pereira, Lisboa, Edições 70, Lda..
- BRAUDEL, F. (1992). *Civilization and Capitalism Fifteenth-Eighteenth Century*, vol. II. *The Wheels of Commerce*, trad. inglesa de Sian Reynolds, Berkeley, University of California Press, pp. 225-229.
- CURTO, Diogo Ramada, Nuno Domingos & Miguel Bandeira Jerónimo, (2012). “A Grande Transformação, de Karl Polanyi: Questões de Interpretação” in *A Grande Transformação*, tradução Miguel Serras Pereira, Lisboa, Edições 70, Lda.
- DALY Herman F. & COBB Jr., John B. (1984). *For the Common Good: Redirecting the Economy toward Community, the Environment, and a Sustainable Future* (Boston, Beacon Press.
- DRUCKER, Peter F. (1939). *The end of economic man: the origins of totalitarianism*. New York: John Day Co.
- EVANS, Peter (1995). *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*. Princeton (NJ): Princeton University Press.
- FERNANDES, Patrícia (2018). “Mito, Utopia e Democracia em a Grande Transformação de Karl Polany” *Ethics, Politics & Society*, 1: 18-18. <http://epsjournal.ilch.uminho.pt/index.php/eps/article/download/62/16/102>.
- GARETH Dale (2016). *Karl Polanyi: A Life on the Left*. New York: Columbia University Press.
- GRANOVETTER, Mark (1985). Economic actions and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, 91, pp. 481-510.
- HANN, C. (2017). Hayek versus Polanyi in Montréal: Global society as markets, all the way across? <https://www.focaalblog.com/2017/07/11/chris-hann-hayek-versus-polanyi-in-montreal-global-society-as-markets-all-the-way-across/>
- HAYEK, Friedrich, (1944). *The Road of Serfdom* Chicago, University of Chicago Press
- HOLLINGSWORTH Roger & BOYER, Robert orgs., (1997). *Contemporary Capitalism: The Embeddedness of Institutions*, Cambridge, Cambridge University Press
- MACHADO, Nuno Miguel Cardoso (2009). “Sociedade vs. mercado: notas sobre o pensamento económico de Karl Polanyi”,.. PhD Thesis. Instituto Superior de Economia e Gestão. <http://hdl.handle.net/10400.5/1649>
- MIROWSKI, Philip (1998/1999). Tradition and Discovery: *The Polanyi Society Periodical*, Volume 25, Issue 1, 1998/1999, 29-42
- NUSSBAUM, M. C. (2006). Poverty and human functioning: Capabilities as fundamental entitlements. In D. B.Grusky, & R.Kanbur (Eds.), *Poverty and inequality* (pp. 47-76). Stanford University Press.

- PEREIRA, Ana (2016). “Polanyi e a economia social e solidária: contributos para respostas aos problemas sociais atuais”.. PhD Thesis https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/12565/1/2016_ECSH_DEP_Disserta%C3%A7%C3%A3o_Ana-Pereira.pdf
- POLANYI, K. (1934). “Fascism and Marxian terminology”. *New Britain*, 20, pp. 128-129.
- POLANYI, K. (1935). “The essence of fascism”. In J. Lewis et al. (ed.), *Christianity and the Social Revolution*, Nova Iorque, Ayer Co. Pub., pp. 359-394.
- POLANYI, K. (1944). *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*, Nova Iorque, Farrar & Rinehart.
- POLANYI, K. (1947). “Our obsolete market mentality”. *Commentary*, 3, pp. 109-117.
- POLANYI, Karl (1957). “Aristotle Discovers the Economy”, in Polanyi, Karl; Arensberg, Conrad; Pearson, Harry (eds.), *Trade and Market in the Early Empires*. Chicago: Henry Regnery, pp. 64-94.
- POLANYI, K. (2012). *A Grande Transformação*, tradução de Miguel Serras Pereira Lisboa, Edições 70.
- POLANYI, K. (2014). “Economic history and the problem of freedom”. In G. Resta, M. Catanzariti (eds.), *For a New West, Essays 1918-1958*, Cambridge, Polity, pp. 39-46.
- POLANYI, K. (2018) *Economy and Society; Selected Writings* Edited by Michele Cangiani and Claus Thomasberger, London, Polity.
- POLANYI-LEVITT, Kari (2012). The Power of Ideas: Keynes, Hayek, and Polanyi, *International Journal of Political Economy*, 41:4, 5-15.
- POLANYI-LEVITT, K. (2013). *From the great transformation to the great Financialisation. On Karl Polanyi and other Essays*. Halifax & Winnipeg.
- RODRIK, D. (2000). How far will international economic integration go? *Journal of Economic Perspectives*, 14 (1), 177–186. <https://doi.org/10.1257/jep.14.1.177>
- RODRIK, D. (2011). *The Globalization Paradox: Democracy and the Future of the World Economy*, W.W. Norton.
- ROGAN, Tim (2017). *The moral economists: R.H. Tawney, Karl Polanyi, E.P. Thompson, and the critique of capitalism*, Princeton, NJ: Princeton University Press.
- RUGGIE, John (1982). International regimes, transactions and change: embedded liberalism in the Postwar economic order. *International Organizations*, 36, pp. 379-415.
- SOMERS, Margaret (1990). «Karl Polanyi’s Intellectual Legacy», in Kari Polanyi Levitt (org.), *Life and Work of Karl Polanyi*, Montreal, Black Rose Books, pp. 152-58.
- STIGLITZ, Joseph (2012). “Prefácio” in *A Grande Transformação*, tradução Miguel Serras Pereira, Lisboa, Edições 70.

